

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 21 de maio de 2026 • Nº 2302 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

A Glória que não se afasta, mas que envia

PÁGINA 6

OPERAÇÃO NO BRASIL

Lula assina decretos com regras para big techs

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem, decretos que alteram a regulamentação do Marco Civil da Internet (MCI) e possibilitam a responsabilização das plataformas digitais de acordo com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no ano passado. As normas serão publicadas no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira. Em junho de 2025, a Corte declarou parcialmente inconstitucional o artigo 19 do MCI. Esse trecho só permitia a punição das plataformas por eventuais danos causados por postagens caso as empresas tenham descumprido uma ordem judicial. A partir do novo entendimento do Supremo, as big techs podem ser responsabilizadas se não removerem conteúdos criminosos logo após notificação do usuário. Uma das principais novidades dos decretos assinados ontem é a definição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) como órgão competente para fiscalizar o cumprimento das novas regras. Segundo o Palácio do Planalto, a instituição não vai avaliar decisões isoladas das plataformas e, sim, sua atuação sistêmica para evitar a circulação de conteúdos nocivos. **PÁGINA 6**

USO DE EMENDAS

Dino pede que Câmara explique viagem de Mário Frias ao exterior

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de 48 horas para a Câmara dos Deputados dar explicações sobre a viagem do deputado Mário Frias (PL-SP) ao Bahrein e aos Estados Unidos. Em entrevista concedida ontem ao SBT News, Frias disse que, na semana passada, esteve no Bahrein para "propor investi-

mentos no Brasil", e agora está nos Estados Unidos, onde fará a "prospecção de um investimento em segurança pública". O deputado disse que vai voltar ao Brasil nos próximos dias. "Eu tenho passagem de volta para o Brasil. Tenho uma filha de 14 anos no Brasil, a minha esposa está no Brasil. **PÁGINA 7**

AMBIENTE DIGITAL



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

Medidas do governo reforçam proteção de mulheres na internet

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) assinou, ontem, decreto que visa reforçar a proteção das mulheres no ambiente digital. O texto disciplina os deveres das plataformas digitais diante de crimes de violência contra mulheres na internet e institui mecanismos para prevenção e combate à essas violências online. Lula sancionou, ainda, quatro leis voltadas à ampliação da proteção das mulheres e ao fortale-

cimento dos mecanismos de responsabilização de agressores. As novas regras: • Criam o Cadastro Nacional de Agressores • Ampliam hipóteses de afastamento imediato do agressor do convívio com a vítima • Endurecem ações contra criminosos que continuam ameaçando mulheres mesmo após a prisão • Reduzem burocracias para acelerar a efetivação de medidas protetivas e decisões judiciais. **PÁGINA 7**

ESCALA 6X1

Deputada rejeita negociação sobre compensações

A deputada federal Erika Hilton (PSol-SP) disse ontem que o governo não irá negociar emendas apresentadas por partidos de oposição para alterar a PEC do fim da escala 6x1 que resultem em aumento da jornada de trabalho. "O governo vai dar aquilo que cabe para ser dado. Esse tipo de compensação, desoneração da folha, não há espaço para este tipo de negociação. Não haverá nenhuma entrega a mais além da necessária". **PÁGINA 3**

STF



LULA MARQUES/ABRASIL

Moraes cobra extradição de Carla Zambelli

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, cobrou que o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) tomem providências para efetivar a extradição da ex-deputada Carla Zambelli (foto) da Itália para o Brasil. Moraes respondeu a ofício enviado ao seu gabinete e no qual a Coordenação-Geral de Extradicação pedia que o STF enviasse ao MJSP garantias sobre as condições em que Zambelli deve ficar presa. **PÁGINA 7**

INDICADORES

IBOVESPA -0,17% / 176.975,82 / -308,01 / Volume: 24.257.339.715 / Negócios: 3.622.687				Bolsas no mundo				Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo							
Mais Negociados				Majores Altas				Majores Baixas				Fechamento		Taxa Selic		IPCA-15		CDI	
Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Preço	%	Preço	%	Preço	%	Preço	%
PETR4	46,44	+2,13	+0,97	FSPF11F	0,29	+190,00	+0,19	AZTE3	0,210	-19,23	-0,050	Dow Jones	49.686,12	+0,32	2,73% (abr.)	2,73% (abr.)	5,8953	6,0753	
B3SA3	16,72	+0,12	+0,02	FSRF11	0,09	+12,50	+0,01	PSVM11	4,90	-18,60	-1,12	S&P 500	7.403,05	-0,07	0,89% (abr.)	0,89% (abr.)	5,0093	-1,11%	
CSAN3	4,41	0,00	0,00	FSRF11F	0,09	+12,50	+0,01	AZTE3F	0,220	-18,52	-0,050	US Tech 100	28.271,2	-0,30	14,40%	14,40%	4,9974	4,9980	
ITSA4	12,84	-0,93	-0,12	AZEV3	0,20	+11,11	+0,02	TRAD3	1,720	-15,69	-0,320	Euronext 100	1.793,58	-0,29	0,1381%	0,1381%	736,89	736,89	
ITUB4	39,62	-0,20	-0,08	AVLL3F	0,760	+10,14	+0,070	AAZUL3F	35,000	-15,66	-6,500	CAC 40	7.861,32	-1,15	0,6388%	0,6388%	5,8233	5,8239	
											FTSE 100	10.323,75	+1,26			5,0267	5,2067		

MERCADOS



Bolsa sobe 1,77%, aos 177,3 mil pontos; dólar recua 0,74%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Após três sessões no vermelho, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) encontrou respiro ontem, em que colheu o maior ganho em percentual desde 8 de abril. O ânimo decorre de relativa descompressão do cenário geopolítico, ante sinais de reabertura parcial do Estreito de Ormuz e de perspectiva renovada quanto a algum entendimento entre EUA e Irã. O Índice Bovespa (Ibovespa) ganhou impulso ao longo da tarde e encerrou em alta de 1,77%, aos 177.355,73 pontos, apesar da correção de Petrobras (ON -3,85%, na mínima do dia no fechamento, a R\$ 49,68; PN -3,23%), em dia de mergulho de quase 6%, no fim da tarde, nos futuros do Brent e do WTI.

Ontem, o giro foi a R\$ 28,1 bilhões. Na semana, o Ibovespa passa ao positivo no intervalo (+0,04%), ainda cedendo 5,32% no mês. No ano, avança 10,07%.

Na ponta ganhadora na sessão, CSN Mineração (+10,29%), Cury (+8,53%) e

Lojas Renner (+7,77%). No lado oposto, além das duas ações de Petrobras, destaque também para SLC Agrícola (-1,61%) e Prio (-1%). Entre as blue chips, Vale ON subiu 1,21% e os ganhos entre os maiores bancos chegaram a 2,7%, em Bradesco PN.

Em Nova York, no fechamento de ontem, Dow Jones marcava alta de 1,31%, S&P 500, de 1,08%, e Nasdaq, de 1,54%.

DÓLAR

O dólar exibiu queda firme ontem, marcada por amplo apetite ao risco no exterior, mas manteve-se acima da linha de R\$ 5,00 no fechamento.

Afora uma alta pontual pela manhã, quando registrou máxima de R\$ 5,0576, o dólar à vista operou em queda no restante do dia. Com mínima de R\$ 4,9999, na última hora de negócios, fechou em baixa de 0,74%, a R\$ 5,0034, levando as perdas na semana a 1,27%. A moeda norte-americana ainda avança 1,02% frente ao real no mês, após desvalorização de 4,36% em abril. No ano, recua 8,85%.

AUTONOMIA DO BC

Associações do setor financeiro divulgam nota de apoio a Galípolo

ANDRÉ MARINHO/AE

Um grupo de 14 entidades representativas do setor financeiro divulgou, ontem, uma nota conjunta em que expressa apoio ao presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e à autonomia financeira e orçamentária da autoridade monetária.

No texto, as associações reforçam a "urgente necessidade" de reforço no orçamento e quadro de pessoal do BC, para contínuo atuação na "ádua tarefa" de regulação, supervisão e fiscalização do "gigantesco" sistema financeiro.

"Colocar o Brasil em linha com outras economias do

mundo não só dá mais ferramentas ao regulador, como também reduz a percepção de risco do País, garante mais estabilidade da política monetária e abre caminho para um sistema financeiro moderno e atual", ressalta a declaração.

O grupo defende ainda a importância de um BC "independente, fortalecido e competente" para garantir um sistema financeiro saudável e sustentável, capaz de evitar crises que afetem a economia e a credibilidade do setor, além de impor custos adicionais à sociedade.

A lista de signatárias é composta por entidades que reúnem mais de mil associados.

CAE

Senado aprova Otto Lobo e Igor Muniz para a CVM

JULIANA GARÇON/AE

O advogado Otto Lobo, indicado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à presidência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), teve seu nome aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, após sabatina. O nome de Lobo, que ainda precisa ser submetido ao Plenário da Casa, recebeu 19 votos a favor e 4 contra na CAE.

Também foi aprovado o nome do advogado Igor Muniz, com 19 votos, para uma direto-

ria na reguladora do mercado de capitais. Seu nome também irá a Plenário. Na sabatina, Lobo foi questionado sobre o caso Ambipar e disse que não se pode atuar sob pressão de jornais. "O presidente da CVM não pode se dobrar a pressões externas", afirmou. Ele frisou que nunca houve benefícios ao Master em sua atuação na reguladora.

O advogado foi indagado também sobre eventual apoio do empresário Joesley Batista, como em rumores que correm nos bastidores, e disse que não tem informações sobre isso.

RESERVA

Justiça rejeita cautelar para barrar homologação de leilão

RENAN MONTEIRO/AE

A Justiça Federal voltou a negar a concessão de medida cautelar para suspender o processo de homologação do leilão de reserva de capacidade (LRCAP). A 6ª Vara Federal Cível de Brasília manteve o indeferimento do pedido de tutela de urgência sobre a questão. Na decisão de ontem, foi mencionado que as manifestações da União e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) fragilizam, por ora, argumentos contrários ao certame.

No início de maio de 2026 foi

ajuizada a Ação Civil Pública, proposta pela Associação Brasileira dos Sindicatos e Associações Representantes das Indústrias de Energias (Abraenergias), com pedido de concessão de tutela de urgência para sustar os efeitos do leilão. Em uma primeira oportunidade, a cautela já havia sido negada.

Foram alegados vícios na sua modelagem, excesso de potência contratada e desvirtuamento da finalidade do mecanismo de reserva de capacidade, bem como irregularidades na formação e posterior revisão dos preços, dentre outras alegações.

"As manifestações apresentadas pela União Federal e pela Aneel, contudo, trouxeram elementos fáticos e jurídicos que fragilizam, ao menos em sede de cognição sumária, cada um desses eixos argumentativos", disse o juiz Manoel Martins de Castro Filho.

O despacho da Justiça Federal também aponta que as decisões do Ministério de Minas e Energia (MME) e Aneel gozam de presunção de legalidade e legitimidade. "O processo decisório que culminou nos LRCAPs 2026 envolveu estudos técnicos públicos, consultas públicas formalizadas e deliberações cole-

giadas, com participação de múltiplas instituições do sistema de governança do setor elétrico. Assim, seria temerário reverter seus resultados sem fundamento suficiente, e às vésperas do certame", declarou o juiz.

"Mantenho o indeferimento do pedido de tutela de urgência, sem prejuízo de reavaliação após regular instrução do feito", declarou. O diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, confirmou nesta quarta que a diretoria do regulador realizará nesta quinta-feira, 21, uma reunião extraordinária para tratar do leilão de reserva de capacidade.

PORTO DE SANTOS

TCU pode vir a analisar novamente a modelagem do leilão do Tecon-10

JOÃO CAIRES/AE

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca (foto), afirmou ontem, que o Tribunal de Contas da União (TCU) poderá voltar a analisar a modelagem do leilão do Tecon-10, megaterminal de contêineres do Porto de Santos, após o governo encaminhar à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) uma nota técnica elaborada pela Casa Civil, com recomendação de modelagem de competitividade do leilão.

"Encaminhamos hoje a nota técnica da Casa Civil (...) Eu não gostaria de cravar uma data para a decisão sobre o edital, porque eu estaria usurpando a competência que a agência tem para análise do processo e, posteriormente, se for necessário, a análise também do Tribunal de Contas da União", afirmou durante audiência na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados.

O ministro afirmou que considerava "natural e prudente" o aprofundamento das discussões sobre a estrutura do leilão, diante da relevância do empreendimento para a infraestrutura por-



JONILTONLIMA/MPOR

túria brasileira. O projeto é tratado pelo governo como o principal do pipeline do ministério no setor portuário.

De acordo com Tomé Franca, o governo trabalha com a expectativa de publicar o edital entre julho e agosto, para viabilizar a

realização do leilão em novembro deste ano.

"A gente tem a possibilidade de ser publicado até o fim de julho ou agosto, para que a gente possa fazer esse leilão ainda este ano, no mês de novembro. Acho que isso é plenamente possível."

O projeto prevê investimentos de cerca de R\$ 6,5 bilhões, em uma área de aproximadamente 622 mil m² na região do Saboó, em Santos. A concessão terá prazo de 25 anos e inclui quatro berços de atracação para navios de contêineres.

R\$ 1 BILHÃO

CMN aprova condições para linha de crédito emergencial às empresas aéreas

FLÁVIA SAID E RENAN MONTEIRO/AE

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou ontem, a resolução que fixa as condições para concessão de financiamentos destinados ao capital de giro de empresas aéreas. O valor máximo do financiamento terá teto de R\$ 330 milhões por beneficiário, conforme antecipou o Grupo Estado.

A Medida Provisória (MP) publicada em abril de 2026 autorizou a criação de linha emergencial no montante global de até R\$ 1 bilhão para o setor aéreo. O valor máximo do financiamento corresponderá a até 1,6% do faturamento bruto anual da empresa ou grupo eco-

nômico no exercício de 2025, limitado a R\$ 330 milhões por beneficiário.

Foi informado ainda que as operações terão prazo de até seis meses para reembolso, com amortização em parcela única no vencimento pactuado. O socorro financeiro para as companhias aéreas vêm no contexto de disparada de custos com a alta nos combustíveis. A resolução aprovada entra em vigor na data de publicação.

Os financiamentos poderão ser contratados por pessoas jurídicas prestadoras de serviços aéreos de transporte doméstico regular. Os encargos financeiros corresponderão a 100% da taxa média dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI),

apurada por dias úteis, incidindo, em caso de inadimplência, juros moratórios de 1% ao mês e multa de 2% sobre os valores devidos.

Outra disposição fixada foi que a liberação dos recursos deverá ocorrer até 28 de junho de 2026, em parcela única, diretamente em conta do mutuário mantida no Banco do Brasil. A guerra no Oriente Médio causou uma disparada no preço do querosene de aviação (QAV), um dos principais itens na planilha de custo das empresas.

"Como condição para acesso aos recursos, os mutuários deverão apresentar declarações sobre a inexistência de impedimentos à contratação das ope-

rações, inclusive de natureza judicial ou extrajudicial, os impactos negativos da alta do combustível sobre a empresa, os efeitos da ausência da linha de financiamento sobre sua capacidade operacional e a compatibilidade entre as entradas de caixa previstas e as obrigações assumidas", disse o Ministério da Fazenda, em nota.

A linha de crédito é focada no capital de giro e complementa outra iniciativa anunciada pelo governo federal em abril, que conta com recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) no valor total de até R\$ 7,5 bilhões para as três grandes companhias aéreas (Azul, Gol e Latam) e foco na reestruturação financeira das empresas.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

JORNADA DE TRABALHO

Deputada rejeita negociação sobre compensações na 6x1

MATHEUS CROBELATTI/AE

A deputada federal Erika Hilton (PSol-SP) disse ontem que o governo não irá negociar emendas apresentadas por partidos de oposição para alterar a PEC do fim da escala 6x1 que resultem em aumento da jornada de trabalho.

“O governo vai dar aquilo que cabe para ser dado. Esse tipo de compensação, desoneração da folha, não há espaço para este tipo de negociação. Não haverá nenhuma entrega a mais além da necessária que é dar ao trabalhador brasileiro um dia a mais de descanso”, disse a de-

putada no programa Alô Alô Brasil, apresentado por José Luiz Datena, na Rádio Nacional.

“O pequeno empreendedor, o pequeno empresário, não é aquele que está fazendo todo esse espetáculo (da alteração da PEC), não é ele que está ligado a esses deputados que querem apresentar transição em dez anos, que querem aumentar a carga trabalhista para 52 horas,” acrescentou.

Para Erika, questões específicas podem ser acordadas para garantir uma transição sem grandes problemas.

“É possível trabalhar algum tipo de isenção tributária, defender e fortalecer as conven-

ções coletivas. O Projeto de Lei virá para dar uma regulamentada e entender as particularidades dos setores e garantir que a transição da jornada não traga nenhum tipo de prejuízo”.

A deputada disse ainda que o fim da escala 6x1 não trará prejuízos à economia.

“O Dieese, que é uma instituição séria, aponta uma estimativa de criação de mais de 3 milhões de novos postos de trabalho de imediato [após aprovação da redução da jornada]. Mostra, inclusive, benefícios para as empresas, pois quando elas têm menos trabalhadores doentes, menos trabalhadores errando por causa

da jornada exaustiva isso significa, no fim do dia, lucratividade”, destacou

EMENDAS

As declarações de Erika Hilton se referem às recentes emendas apresentadas à PEC da escala 6x1, que permitem a flexibilização da redução da jornada de trabalho.

Uma dessas emendas foi apresentada pelo deputado Sérgio Turra (PP-RS) e já conta com a assinatura de 176 deputados federais. A peça propõe que o fim da escala 6x1 entre em vigor dentro de dez anos após a promulgação da emenda constitucional.

BENEFÍCIOS

CMN regulamenta programa Move Brasil para motoristas de aplicativo

FLÁVIA SAID/AE

O Conselho Monetário Nacional (CMN) regulamentou ontem, o programa Move Brasil, lançado pelo governo federal na terça-feira, voltado ao crédito para aquisição de veículos novos sustentáveis por profissionais do transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de táxi.

Vai ser exigido tempo mínimo de exercício da profissão, no caso de trabalhadores de plataforma, e conformidade com as regras de adesão à isenção do IPI ou IOF pela Receita Federal, no caso de taxistas e cooperativas.

O programa autoriza a utilização de até R\$ 30 bilhões em recursos para operações de financiamento reembolsável destinadas à renovação da frota de

transporte individual de passageiros, observados critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica. Os financiamentos serão concedidos exclusivamente de forma indireta, por meio de instituições financeiras habilitadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsáveis pela assunção integral do risco de crédito das operações.

As condições financeiras definidas pelo CMN estabelecem taxa de remuneração da fonte governamental de 2,5% ao ano para os beneficiários em geral. Para mulheres profissionais do transporte de passageiros, a taxa será reduzida para 1,5% ao ano. No caso das profissionais mulheres, a medida também permite o financiamento de itens de segurança associados à ativi-

dade profissional, limitado a 10% do valor total do financiamento.

Além da remuneração da fonte de recursos, a regulamentação prevê remuneração de até 1,25% ao ano para o BNDES e de até 8,5% ao ano para as instituições financeiras habilitadas, refletindo a operacionalização das operações e o risco de crédito assumido pelos agentes financeiros.

A taxa de juros máxima para os profissionais homens será de 12,6% e para as profissionais mulheres, de 11,4%. No anúncio feito na terça-feira, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, disse que os juros mais baixos para mulheres foram alinhados para estimular a participação das mulheres no setor.

O prazo de financiamento será de até 72 meses (seis anos), incluídos até seis meses de carência de principal. Por sua vez, o preço de venda, constante da nota fiscal de aquisição do veí-

culo, deverá ser igual ou inferior a R\$ 150 mil.

Os financiamentos poderão contemplar veículos elétricos, híbridos flex, flex e movidos exclusivamente a etanol, além de seguro do bem, seguro prestamista e itens de segurança voltados às demandas de mulheres profissionais do transporte de passageiros. A regulamentação também autoriza a utilização de garantias no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade Peac-FGI.

"A iniciativa busca mitigar os impactos do aumento recente dos custos do setor de transporte, em decorrência do conflito no Oriente Médio", disse o Ministério da Fazenda, em nota. "Ademais, o programa também estimula a modernização da frota nacional, contribuindo para ganhos de eficiência energética, redução de emissões e melhoria da qualidade dos serviços de mobilidade urbana".

Point Sales 479 Alimentos Ltda.

CNPJ nº 35.996.649/0001-99

Edital de Convocação

Ficam os senhores sócios da **Point Sales 479 Alimentos Ltda.** ("Sociedade"), convocados, para se reunirem em Reunião de Sócios, a ser realizada no dia 29 de maio, às 9:00 horas, em primeira convocação, de forma virtual, por vídeo conferência, por meio do procedimento de voto à distância, a fim de deliberar sobre (i) destituição do atual administrador da Sociedade; (ii) eleição do novo administrador; (iii) a alteração do contrato social da Sociedade, em atenção à ordem do dia. **Informações Gerais:** Os documentos pertinentes à ordem do dia estão à disposição para consulta dos sócios na sede da Sociedade e/ou por solicitação através do e-mail societario@habibs.com.br. Os sócios poderão acessar à reunião pelo link <https://teams.microsoft.com/meet/243969794848115?p=hl7LGRvS3G1T0qocq>. Rio de Janeiro, 20, 21 e 22/05/2026. (20, 21 e 22/05/2026)

Santa Cruz 1439 Point Comércio de Alimentos Ltda.

CNPJ nº 37.882.857/0001-92

Edital de Convocação

Ficam os senhores sócios da **Santa Cruz 1439 Point Comércio de Alimentos Ltda.** ("Sociedade"), convocados, para se reunirem em Reunião de Sócios, a ser realizada no dia 29 de maio, às 10:00 horas, em primeira convocação, de forma virtual, por vídeo conferência, por meio do procedimento de voto à distância, a fim de deliberar sobre (i) destituição do atual administrador da Sociedade; (ii) eleição do novo administrador; (iii) a alteração do contrato social da Sociedade, em atenção à ordem do dia. **Informações Gerais:** Os documentos pertinentes à ordem do dia estão à disposição para consulta dos sócios na sede da Sociedade e/ou por solicitação através do e-mail societario@habibs.com.br. Os sócios poderão acessar à reunião pelo link <https://teams.microsoft.com/meet/243969794848115?p=hl7C13w2mOS3KqgmX>. Rio de Janeiro, 20, 21 e 22/05/2026. (20, 21 e 22/05/2026)

Athon Quissamã 100 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.

CNPJ/MF nº 31.997.031/0001-92 – NIRE 33.211.321.254

Ata de Reunião de Sócios realizada em 30 de abril de 2026

Local, Data e Hora: Em 30/04/2026, às 11h, na sede social da **Athon Quissamã 100 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda** ("Sociedade"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, por estar presente única representante de 100% do capital social. **Mesa:** Sr. **Daniel Ferreira Maia de Freitas** Presidente e Sra. **Ana Paula Casalatina**, Secretária. **Deliberações:** 1. Aprovar, sem quaisquer restrições, a lavratura da ata na forma de sumário. 2. Aprovar, sem quaisquer restrições, a redução do capital social, considerado excessivo em relação ao objeto da Sociedade, de R\$ 400.000,00, passando de R\$ 4.513.215,00, dividido em 4.513.215 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 para R\$ 4.113.215,00, dividido em 4.113.215 quotas, com valor nominal de R\$ 0,911371384, mediante restituição da parte do valor das quotas à sócia **Athon Energia**. 2.1. Nos termos do artigo 1.084, § 1º do Código Civil, durante o prazo de 90 dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos que sejam anteriores à referida data de publicação poderão se opor à redução do capital social da Sociedade ora deliberada. 3. Aprovar, sem quaisquer restrições ou ressalvas, a alteração da redação da Cláusula Quinta do Contrato Social da Sociedade, a qual passará a vigor com a seguinte nova redação: "**Cláusula Quinta. O capital social da Sociedade é de R\$ 4.113.215,00, dividido em 4.113.215 quotas, com valor nominal de R\$ 0,911371384, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, distribuídas conforme segue:**

Nome	Quantidade de Quotas	Valor (R\$)	%
Athon Energia S.A.	4.513.215	4.113.215,00	100%
Total	4.513.215	4.113.215,00	100%

§ 1º. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. § 2º. Nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças, celebrado em 04/08/2021 e arquivado na sede da Sociedade ("Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas"), a totalidade das quotas representativas do capital social da Sociedade, bem como todos os bens, direitos, rendimentos e valores a serem pagos aos quotistas, foram alienados fiduciariamente em favor da True Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.130.744/0001-00, em garantia dos valores devidos no âmbito dos certificados de recebíveis imobiliários da 305ª série de sua 1ª emissão, observados os termos e condições estabelecidos no Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas ("Alienação Fiduciária de Quotas"). § 3º. Integrarão automaticamente a presente Alienação Fiduciária de Quotas: (i) quaisquer novas quotas e/ou demais direitos que venham a ser atribuídos às fiduciárias, ou aos seus eventuais sucessores legais, no futuro, em caso de desdobramento ou grupamento das quotas, subscrição ou de qualquer outra forma, além das quotas decorrentes do exercício de direitos de preferência e opções sobre as quotas, que venham a ser subscritas ou adquiridos pelas fiduciárias; (ii) quaisquer quotas, valores mobiliários e/ou demais direitos que venham a substituir as quotas, em razão do cancelamento destas, incorporação, fusão, cisão, transformações do tipo societário ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Sociedade; e (iii) todos os frutos, rendimentos, dividendos, lucros, ganhos, proventos, direitos econômicos e vantagens que forem atribuídos expressamente a quaisquer das quotas, a qualquer título, inclusive, sem limitação, direito de subscrição, direito ao recebimento de royalties, direitos, juros sobre ativo circulante líquido, juros sobre capital próprio, distribuições e outros pagamentos, valores recebidos ou a serem recebidos, distribuídos de outra forma ou pagos às fiduciárias, por swap, venda ou qualquer outra forma de alienação das referidas quotas ora alienadas fiduciariamente, inclusive as decorrentes de amortização das quotas, liquidação da Sociedade, bens, direitos ou qualquer outra forma, que venham a ser pagos às fiduciárias em razão das quotas, observados os termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas." 4. Autorizar a administração da Sociedade a praticar todos os atos necessários para formalizar as deliberações ora aprovadas. **Encerramento:** Nada mais. Quissamã/RJ, 30/04/2026. **Mesa:** **Daniel Ferreira Maia de Freitas** – Presidente; **Ana Paula Casalatina** – Secretária. **Única Sócia:** **Athon Energia S.A.** Por Daniel Ferreira Maia de Freitas.

IPM-H

Preços de remédios para hospitais subiram 0,78% em abril

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/AE

Em abril, mês em que entraram em vigor os reajustes anuais dos fármacos autorizados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), os preços dos medicamentos negociados entre fornecedores e hospitais brasileiros registraram alta média de 0,78%. Trata-se de uma aceleração de 1,26 ponto porcentual sobre a queda de 0,48% registrada em março.

É o que mostra o Índice de Preços de Medicamentos para Hospitais (IPM-H), desenvolvido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base em dados transacionais da plataforma Bionexo Tasy.

Apesar do avanço verificado em abril, o aumento no ambiente hospitalar ficou abaixo da alta observada no varejo farmacêutico no mesmo período. Segundo dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, os produtos farmacêuticos vendidos em farmácias e drogarias avançaram 1,77% em abril.

De acordo com a Fipe e a Bionexo, a alta mais modesta dos preços no ambiente hospitalar reflete dinâmicas próprias de negociação entre hospitais e fornecedores. É importante considerar que IPM-H e IPCA acompanham mercados distintos. Enquanto o IPCA monitora os preços pagos pelos consumidores no varejo farmacêutico, o IPM-H acompanha transações de medicamentos entre fornecedores e hospitais.

Os dois indicadores analisam universos diferentes de produtos e operam sob dinâmicas próprias de negociação, contratos, estoques e repasses de preços, o que pode resultar em comportamentos distintos diante dos reajustes autorizados pela CMED.

Para o diretor-executivo da Bionexo Tasy, Herbert Cepêra, o resultado reforça o amadurecimento das relações comerciais no ambiente hospita-

lar. "Os reajustes autorizados pela CMED não se traduzem automaticamente em aumentos lineares para o mercado hospitalar. O comportamento observado mostra que hospitais e fornecedores seguem operando em uma dinâmica própria, marcada por negociações, contratos, gestão de estoques e maior eficiência operacional", diz.

Mesmo no mês de entrada em vigor dos reajustes regulatórios, afirma Cepêra, o avanço registrado no mercado hospitalar ficou abaixo do observado no varejo farmacêutico.

No acumulado de 12 meses, a diferença entre os dois mercados se torna ainda mais evidente. Enquanto os produtos farmacêuticos acompanhados pelo IPCA acumulam alta de 5,18%, os preços de medicamentos negociados entre fornecedores e hospitais registram retração de 5,96% no mesmo período.

Além do ambiente de negociação hospitalar, o cenário cambial também contribuiu para conter pressões sobre os preços no período. Dados do Banco Central mostram que a moeda brasileira acumulou apreciação de 12,98% em 12 meses até abril, movimento que tende a aliviar custos relacionados a medicamentos importados, insumos e princípios ativos importados, cotados em dólar.

Para Bruno Oliva, economista e pesquisador da Fipe, o resultado reforça que os reajustes regulatórios não se traduzem automaticamente em repasses integrais ao mercado hospitalar. "A leitura de abril mostra que os limites autorizados pela CMED não se traduzem, necessariamente, em repasses automáticos ou integrais nas transações entre fornecedores e hospitais", diz.

A diferença em relação ao varejo farmacêutico, segundo o economista, também evidencia que o segmento hospitalar opera sob uma dinâmica própria, influenciada por negociações comerciais, contratos, estoques e cenário cambial.

Athon Quissamã 200 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.

CNPJ/MF nº 32.523.587/0001-00 – NIRE 33.211.329.191

Ata de Reunião de Sócios realizada em 30 de abril de 2026

Local, Data e Hora: Em 30/04/2026, às 11h00, na sede social da **Athon Quissamã 200 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.** ("Sociedade"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, por estar presente única sócia, representando 100% do capital social. **Mesa:** Sr. **Daniel Ferreira Maia de Freitas** Presidente e Sra. **Ana Paula Casalatina**, Secretária. **Deliberações:** 1. Aprovar, sem quaisquer restrições, a lavratura da ata na forma de sumário. 2. Aprovar, sem quaisquer restrições, a redução do capital social, considerado excessivo em relação ao objeto da Sociedade, de R\$ 980.000,00, passando de R\$ 1.665.221,00, dividido em 1.665.221 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 para R\$ 685.221,00, dividido em 1.665.221 quotas, com valor nominal de R\$ 0,411489526, mediante restituição da parte do valor das quotas à sócia **Athon Energia**. 2.1. Nos termos do artigo 1.084, § 1º do Código Civil, durante o prazo de 90 dias contados da data de publicação da presente ata, eventuais credores quirografários por títulos que sejam anteriores à referida data de publicação poderão se opor à redução do capital social da Sociedade ora deliberada. 3. Aprovar, sem quaisquer restrições, a alteração da redação da Cláusula Quinta do Contrato Social, a qual passará a vigor com a seguinte nova redação: "**Cláusula Quinta. O capital social da Sociedade é de R\$ 685.221,00, dividido em 1.665.221 quotas, com valor nominal de R\$ 0,411489526, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, distribuídas conforme segue:**

Nome	Quantidade de Quotas	Valor (R\$)	%
Athon Energia S.A.	1.665.221	685.221,00	100%
Total	1.665.221	685.221,00	100%

§ 1º. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. § 2º. Nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças, celebrado em 04/08/2021 e arquivado na sede da Sociedade ("Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas"), a totalidade das quotas representativas do capital social da Sociedade, bem como todos os bens, direitos, rendimentos e valores a serem pagos aos quotistas, foram alienados fiduciariamente em favor da True Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.130.744/0001-00, em garantia dos valores devidos no âmbito dos certificados de recebíveis imobiliários da 305ª série de sua 1ª emissão, observados os termos e condições estabelecidos no Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas ("Alienação Fiduciária de Quotas"). § 3º. Integrarão automaticamente a presente Alienação Fiduciária de Quotas: (i) quaisquer novas quotas e/ou demais direitos que venham a ser atribuídos às fiduciárias, ou aos seus eventuais sucessores legais, no futuro, em caso de desdobramento ou grupamento das quotas, subscrição ou de qualquer outra forma, além das quotas decorrentes do exercício de direitos de preferência e opções sobre as quotas, que venham a ser subscritas ou adquiridos pelas fiduciárias; (ii) quaisquer quotas, valores mobiliários e/ou demais direitos que venham a substituir as quotas, em razão do cancelamento destas, incorporação, fusão, cisão, transformações do tipo societário ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Sociedade; e (iii) todos os frutos, rendimentos, dividendos, lucros, ganhos, proventos, direitos econômicos e vantagens que forem atribuídos expressamente a quaisquer das quotas, a qualquer título, inclusive, sem limitação, direito de subscrição, direito ao recebimento de royalties, direitos, juros sobre ativo circulante líquido, juros sobre capital próprio, distribuições e outros pagamentos, valores recebidos ou a serem recebidos, distribuídos de outra forma ou pagos às fiduciárias, por swap, venda ou qualquer outra forma de alienação das referidas quotas ora alienadas fiduciariamente, inclusive as decorrentes de amortização das quotas, liquidação da Sociedade, bens, direitos ou qualquer outra forma, que venham a ser pagos às fiduciárias em razão das quotas, observados os termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas." 4. Autorizar a administração da Sociedade a praticar todos os atos necessários para formalizar as deliberações ora aprovadas. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. Quissamã/RJ, 30/04/2026. **Mesa:** **Daniel Ferreira Maia de Freitas** – Presidente; **Ana Paula Casalatina** – Secretária. **Única Sócia:** **Athon Energia S.A.** Por Daniel Ferreira Maia de Freitas.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE



DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.036/2026

A Pregoeira Jerusa Ferreira Dias convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.036/2026 no dia 02/06/2026 às 11h. - **Objeto:** Aquisição de Materiais Hospitalares (APLICADOR, USO AEROCÂMARA RETRÁTIL, APLICAÇÃO CONEXÃO UNIVERSAL; CONJUNTO DE BOLSAAUTO-INSUFLÁVEL COM VÁLVULA DE SEGURANÇA(TIPOAMBU); CONJUNTO PARA GASOTERAPIA, TIPO MICRONEBULIZADOR, PASSÍVEL DE REPROCESSAMENTO e etc) Processo nº. 33409.008516/2025-25. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE



DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.039/2026

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.039/2026 no dia 02/06/2026 às 11h00min. - **Objeto:** Aquisição de material hospitalar- catedetes diagnóstico angiográficos (Manta térmica, material polietileno, tipo ar quente, paciente neonatal; Manta térmica, material polietileno, tipo ar quente paciente pediátrico, Manta térmica, material polietileno, tipo ar quente paciente adulto, etc) Processo nº. 33409.011488/2025-23. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

VIOLÊNCIA POLICIAL

Procurador manda reabrir investigação da morte de senegalês

ELAINE PATRÍCIA CRUZ/ABRASIL

O procurador-geral de Justiça de São Paulo, Paulo Sérgio da Costa, determinou a reabertura da investigação sobre a morte do ambulante senegalês e refugiado Ngage Mbaye, morto por um policial militar após uma operação realizada na região do Brás, no centro da capital paulista, em abril do ano passado.

O caso havia sido arquivado pela Justiça em fevereiro deste ano após pedido do próprio Ministério Público. Na manifestação em que pede o arquivamento, o promotor Lucas de Mello Schaefer sustentou que o policial "agiu em legítima defesa".

"Embora Ngage Mbaye fosse estrangeiro, não parece minimamente razoável, em qualquer lugar do mundo, que uma pessoa em poder de um instrumento contundente, tal como uma barra de ferro, possa agredir outra pessoa desferindo repetidos golpes, com emprego de força, na região da cabeça e do tronco. Quando estes golpes se voltam contra agentes de segurança do Estado, que estão no legítimo exercício de suas funções, esta atitude é ainda mais grave e reprovável", escreveu o promotor naquela ocasião. Mbaye foi atingido por um disparo no abdome durante uma abordagem policial enquanto tentava proteger suas mercadorias e também de um outro ambulante. Segundo boletim de ocorrência feito à época, Ngage teria resistido à apreensão das suas mercado-

rias e utilizado uma barra de ferro, que acabou atingindo um policial. Em seguida, o policial atirou contra Mbaye.

REPERCUSSÃO

Vídeos que mostraram a abordagem policial e o momento do disparo ganharam as redes sociais gerando muita repercussão à época. Houve protestos contra a violência policial e diversas manifestações, inclusive internacionais.

A ministra de Integração Africana e Negócios Estrangeiros do Senegal, Yassine Fall, chegou a pedir explicações ao governo brasileiro sobre a morte do ambulante. Em comunicado à imprensa, ela afirmou que buscaria, junto à representação diplomática, meios "para elucidar as circunstâncias dessa morte trágica". Já a ONG Horizontes Sans Frontières, que acompanha casos de migração e violência, disse que a morte de Mbaye foi "um novo crime cometido contra um cidadão senegalês no Brasil" e chegou a apontar o país como uma "zona de violência endêmica".

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania solicitou à Corregedoria da Polícia Militar, ao Ministério Público e à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo a realização de uma "apuração rigorosa dos fatos, com especial atenção às circunstâncias que levaram à morte de Ngage Mbaye, bem como a adoção de medidas que garantam a responsabilização dos envolvidos e a prevenção de futuras ocorrências semelhantes".

GUARULHOS

Manifestação em aeroporto pede fim da escala 6x1

Protesto pedindo o fim da escala 6x1 ocorreu na manhã de ontem no Aeroporto Internacional de Guarulhos, na Grande São Paulo. Com faixas, cartazes e batuque, os manifestantes desfilaram pelo saguão do aeroporto gritando "Fim da 6x1".

O protesto contou com a participação da Federação dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação Ambiental, Urbana e Áreas Verdes no Estado de São Paulo (Femaco), do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Prestadoras de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo do Estado de São Paulo (Sinteat), da Federação Nacional dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes (Fenascon) e do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana de São Paulo (Siemaco-SP).

Para o presidente do Sinteat, Cristiano Rodrigo, a luta pelo fim da escala 6x1 vai "muito além de uma reivindicação sindical".

"Estamos falando de saúde física, saúde mental, convivência familiar e dignidade humana. O trabalhador não pode viver apenas para trabalhar. Quem acorda de madrugada, enfrenta jornadas exaustivas e mantém ser-



MURILO RAGGIO/SIEMACO SP

viços essenciais funcionando diariamente também precisa ter tempo para descansar, estudar, cuidar da família e viver com qualidade de vida."

JORNADAS EXAUSTIVAS

Segundo os sindicatos, o ato serviu também para denunciar jornadas consideradas exaustivas e cobrar por mudanças nas relações de trabalho.

"A 6x1 é uma jornada que pre-

judica muito o trabalhador em sua essência, porque ele não consegue ter tempo para a sua família e para si. Isso desumaniza toda a cadeia produtiva", ressaltou Paulo Henrique Oliveira, diretor da Fenascon.

Para o presidente do Sinteat, a mobilização ontem serviu para demonstrar a mobilização dos trabalhadores sobre o tema. "O Congresso Nacional precisa ouvir as ruas, ouvir quem sustenta a

economia todos os dias com esforço e dedicação. O fim da escala 6x1 representa um avanço social necessário e urgente para o Brasil", afirmou Rodrigo.

Além de protestar contra a escala 6x1, os manifestantes também pediram aprovação do projeto de lei 4146, de 2020, que regulamenta a profissão dos trabalhadores da limpeza urbana e garis. O projeto está em tramitação no Congresso Nacional.

Nota

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO PEDE PRISÃO DO RAPPER ORUAM

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) pediu a prisão preventiva do rapper Mauro Davi dos Santos Nepomuceno, conhecido como Oruam. O pedido, do promotor Alan Carlos Reis Silva, divulgado ontem, foi feito no dia 5 de maio. Oruam é réu por disparo de arma de fogo e é investigado por tentativa de

homicídio contra policiais civis fluminenses, crimes de lavagem de dinheiro e envolvimento com o Comando Vermelho. "O rapper Oruam se encontra foragido, inviabilizando a efetividade da jurisdição penal e comprometendo o cumprimento de eventual decreto condenatório", diz o MPSP no pedido de prisão. Segundo o Ministério Público, em 16 de dezembro de 2024, na cidade paulista de Igaratá, Oruam disparou um tiro de espingarda em meio a uma festa, na presença de diversas pessoas.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, 1ª SÉRIE DA 131ª (CENTÉSIMA TRIGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 131ª Emissão da Canal Companhia de Securitização, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 131ª Emissão da Canal Companhia de Securitização Devidos Pela Cooperativa De Energia Cetesco" ("Termo de Securitização"), firmado junto à Planner Corretora de Valores S.A, instituição financeira inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54 ("Agente Fiduciário"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª primeira convocação, a realizar-se no dia 11 de junho de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento de Recompra Compulsória Não Automática, nos termos da Cláusula 6.1.2, subitem (a), do Contrato de Cessão, em razão dos descumprimentos das obrigações, conforme indicadas a detalhadas no Anexo II do Ata; (ii) Caso aprovado o item (ii) acima da Ordem do Dia, aprovar o prazo adicional de 15 (quinze) Dias Úteis, contados da formalização da Assembleia, para que as referidas obrigações sejam regularizadas; e (iii) Caso aprovado o item (iii) acima da Ordem do Dia, aprovar o prazo adicional de 15 (quinze) Dias Úteis, contados da formalização da Assembleia, para que as referidas obrigações sejam regularizadas; e (iv) Caso aprovados os itens acima, autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI URUGUAIANA 131", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (e) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 20 de maio de 2026

Alejandro Merino - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, 1ª E 2ª SÉRIES DA 88ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 88ª Emissão da Canal Companhia de Securitização, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 88ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização (Termo de Securitização)", nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª primeira convocação, a realizar-se no dia 09 de junho de 2026, às 14:30, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I. Deliberar sobre a concessão de waiver, para fins de não declaração da ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 8.1.2, item (xv), das Notas Comerciais (conforme definido no Termo de Securitização), objeto da notificação encaminhada pela Securitizadora em 07 de maio de 2026; II. A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Forgreen 88", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 20 de maio de 2026

Alejandro Merino - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES DA 33ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 33ª Emissão da Canal Companhia de Securitização, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 33ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização", nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª primeira convocação, a realizar-se no dia 09 de junho de 2026, às 13:30 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Deliberar sobre a concessão de waiver, para fins de não declaração da ocorrência de Evento de Recompra Compulsória, nos termos da Cláusula 7.1, item (xiii), do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão"), objeto da notificação encaminhada pela Securitizadora em 07 de maio de 2026; (ii) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Forgreen 33", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 20 de maio de 2026

Alejandro Merino - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA SÉRIE ÚNICA, DA 121ª (CENTÉSIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 121ª (Centésima Vigésima Primeira) Emissão da Canal Companhia de Securitização, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 e seguintes do Termo de Securitização, nos termos da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª primeira convocação, a realizar-se no dia 09 de junho de 2026, às 15:30, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Deliberar sobre a concessão de waiver, para fins de não declaração da ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 8.1.2, item (x), das Notas Comerciais (conforme definido no Termo de Securitização), objeto da notificação encaminhada pela Securitizadora em 07 de maio de 2026; (ii) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI FORGREEN 121", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 20 de maio de 2026

Alejandro Merino - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 35.300.576.535

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 145ª (CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA QUINTA) EMISSÃO, EM SÉRIE ÚNICA, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com registro de securitizadora S1 perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade e no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 234, conjuntos 41 a 44, bairro Jardim Paulista, CEP 01451-913, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o nº 41.811.375/0001-19, e com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.576.535 ("Emissora" ou "Securitizadora"). **CONVOCA** os investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 145ª (centésima quadragésima quinta) emissão, em série única, da Emissora ("Títulos dos CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos da Cláusula 13.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Em Série Única Da 145ª (Centésima Quadragésima Quinta) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização" e "Agente Fiduciário", respectivamente), da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a se reunirem em 1ª (primeira) convocação, para a Assembleia Especial de Investidores, que será realizada no dia 09 de junho de 2026, às 16:30, de forma exclusivamente remota e eletrônica, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste edital, para fins de não declaração da ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 8.1.2, item (xii), das Notas Comerciais (conforme definido no Termo de Securitização), objeto da notificação encaminhada pela Securitizadora em 07 de maio de 2026; (ii) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI FORGREEN 145", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo - SP, 20 de maio de 2026. **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO** - Alejandro Merino - Diretor de Securitização

São Paulo, 20 de maio de 2026

Alejandro Merino - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 35.300.576.535

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 151ª (CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO, EM SÉRIE ÚNICA, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com registro de securitizadora S1 perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade e no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 234, conjuntos 41 a 44, bairro Jardim Paulista, CEP 01451-913, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o nº 41.811.375/0001-19, e com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.576.535 ("Emissora" ou "Securitizadora"). **CONVOCA** os investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 151ª (centésima quinquagésima primeira) emissão, em série única, da Emissora ("Títulos dos CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos da Cláusula 13 e seguintes do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Em Série Única Da 151ª (Centésima Quinquagésima Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários Da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização" e "Agente Fiduciário", respectivamente), da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), a se reunirem em 1ª (primeira) convocação, para a Assembleia Especial de Investidores, que será realizada no dia 09 de junho de 2026, às 17:30, de forma exclusivamente remota e eletrônica, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste edital, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Assembleia"): (i) Deliberar sobre a concessão de waiver, para fins de não declaração da ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 8.1.2, item (xii), das Notas Comerciais (conforme definido no Termo de Securitização), objeto da notificação encaminhada pela Securitizadora em 07 de maio de 2026; (ii) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI FORGREEN 151", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo - SP, 20 de maio de 2026. **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO** - Alejandro Merino - Diretor de Securitização

São Paulo, 20 de maio de 2026

Alejandro Merino - Diretor de Securitização

DESVIO DE FINALIDADE

TCE investiga uso de jatinhos e helicópteros por Castro

RAISA TOLEDO/AE

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) vai abrir uma investigação sobre o uso de jatinhos fretados e helicópteros oficiais pelo ex-governador Cláudio Castro (PL).

Segundo o conselheiro José Gomes Graciosa, que determinou a apuração, há "indícios objetivos" de desvio de finalidade no uso das aeronaves custeadas pelo governo estadual, com suspeita de "transporte de pessoas sem relação funcional com a missão" e de "possíveis viagens para lazer e com a presença de familiares e pessoas não pertencentes aos quadros do funcionalismo estadual".

Procurado pelo Estadão, o ex-governador Cláudio Castro informou por meio de sua assessoria que "todas as viagens realizadas durante sua gestão, por meio de aeronaves fretadas, seguiram rigorosamente a legislação vigente" e que "quaisquer esclarecimentos serão prestados aos órgãos competentes".

A decisão decorre de uma denúncia feita pela deputada estadual Martha Rocha (PDT-RJ). O TCE determinou que órgãos estaduais e empresas envolvidas entreguem, em até cinco dias, documentos como diários de bordo, listas de passageiros, agendas oficiais e registros de voos realizados em jatinhos fretados e helicópteros do Estado entre março de 2023 e março de 2026.

Foram notificados para o envio das informações a empresa Líder Táxi Aéreo; a Casa Civil; o Gabinete de Segurança Institucional (GSI); a Secretaria Esta-

dual de Fazenda; a Controladoria-Geral do Estado e o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea).

Segundo o documento do Tribunal de Contas, dados obtidos via Lei de Acesso à Informação indicam que Castro realizou 225 viagens em jatos executivos dentro do período investigado; 153 delas com Brasília como origem ou destino. O contrato de fretamento teria custado cerca de R\$ 18,5 milhões ao Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com reportagem do jornal O Globo, parte desses voos se destinou a eventos particulares como o carnaval de Salvador, uma corrida de Fórmula 1 em Interlagos, em São Paulo, e o Festival de Turismo de Gramado, no Rio Grande do Sul.

Em nota ao Estadão, Cláudio Castro afirmou que "os deslocamentos estavam vinculados ao cumprimento de agendas públicas e institucionais, incluindo reuniões em Brasília no Supremo Tribunal Federal (STF) em defesa de pautas de interesse do Estado do Rio de Janeiro, além de compromissos oficiais em outros estados".

Na denúncia, a deputada estadual Martha Rocha pedia a suspensão dos pagamentos relacionados aos contratos das aeronaves. O controlador do TCE entendeu que não há provas de que os valores estejam "integralmente dissociados de atividades de interesse público" ou que haja irregularidade. Ele cita que os contratos envolvem "prestação continuada de serviços já executados ou em execução, com objetos diversos, inclusive serviços de manutenção preventiva e corretiva".

EPIDEMIA

Vacina contra cepa do ebola na África pode demorar até 9 meses

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

Uma vacina capaz de combater a cepa de ebola que atinge a África pode demorar de seis a nove meses para ficar pronta para ser aplicada na população. A informação foi divulgada ontem pela Organização Mundial da Saúde (OMS), durante coletiva de imprensa em Genebra.

De acordo com o consultor e líder da área de pesquisa e desenvolvimento da entidade, Vasee Moorthy, o processo de seleção de imunizantes candidatos está sendo acelerado diante dos surtos da doença registrados na República Democrática do Congo (RDC) e em Uganda, mas levará meses para ser concluído.

Segundo Moorthy, há uma vacina sendo desenvolvida para combater especificamente a cepa Bundibugyo, responsável pelos surtos na África, mas não há doses do imunizante disponíveis para ensaios clínicos neste momento. "Esta deve ser a vacina priorizada como a mais promissora contra a cepa Bundibugyo".

"A informação que temos é que isso provavelmente levará de seis a nove meses", destacou.

Uma outra vacina candidata para combater a doença, segundo o consultor, também está em desenvolvimento, cujas doses para ensaios clínicos podem estar disponíveis em cerca de dois ou três meses. "Há muita incerteza. Vai depender dos resultados de testes em animais para que ela possa ser considerada uma vacina promissora".

NÚMEROS

A OMS contabiliza quase 600 casos suspeitos e 139 mortes suspeitas por ebola em surtos registrados na República Democrática do Congo (RDC) e em Uganda. Oficialmente, 51 casos fo-

ram confirmados em duas províncias ao norte da RDC, embora a própria OMS admita ter ciência de que a escala do surto na região é muito maior do que os números apontam.

Em Uganda, dois casos foram confirmados na capital Kampala, ambos em pessoas que haviam passado pela República Democrática do Congo. Um dos pacientes morreu pela doença e o outro, um norte-americano, foi transferido para a Alemanha.

ENTENDA

No início do mês, autoridades sanitárias da República Democrática do Congo (RDC) emitiram alerta sobre um surto de alta mortalidade causado por uma doença até então desconhecida no município de Mongwalu, na província de Ituri. O cenário incluía até mesmo mortes entre profissionais de saúde.

Cerca de dez dias depois, o Instituto Nacional de Pesquisa Biomédica de Kinshasa, capital da RDC, analisou 13 amostras de sangue colhidas no distrito de Rwampara. A avaliação laboratorial confirmou a presença do vírus Bundibugyo em oito das 13 amostras colhidas.

Na última sexta-feira, o Ministério da Saúde Pública, Higiene e Bem-Estar Social da RDC declarou oficialmente o 17º surto de ebola no país.

Simultaneamente, o Ministério da Saúde de Uganda, país vizinho, confirmou surto de ebola, também do vírus Bundibugyo, após identificar um caso importado: um congolês que morreu na capital, Kampala.

No dia seguinte, o diretor-geral da OMS, após consultar ambos os Estados-Membros onde os surtos foram identificados, determinou que o ebola causado pelo vírus Bundibugyo tanto na RDC quanto em Uganda constitui emergência em saúde pública de importância internacional.

DETERGENTE

Ypê orienta consumidores a não usarem descartar produtos de lote 1

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

A empresa Ypê divulgou novo comunicado com orientações aos consumidores que têm em casa os produtos da marca com lote de final 1, recentemente envolvidos em episódio de contaminação. A recomendação é que os consumidores guardem os itens adequadamente, não os utilizem e nem os descartem até novas orientações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Os produtos envolvidos são lava-roupas líquido, lava-louças líquido e desinfetantes. Caso o

consumidor prefira, a Ypê seguirá realizando o ressarcimento dos produtos, conforme orientações disponíveis nos canais oficiais ou preenchimento do formulário no site.

"Em respeito às determinações da Agência e ao compromisso da empresa com a segurança de consumidores, clientes e parceiros comerciais, a Ypê já comunicou toda a sua cadeia de distribuição e varejo para que os produtos abrangidos sejam imediatamente segregados e armazenados em áreas específicas, sem exposição à venda ou comercialização ao consumidor",

diz a Ypê.

A empresa afirmou ainda que continua colaborando com as autoridades sanitárias, fornecendo informações técnicas, documentos e análises necessárias para esclarecer o caso. Além disso, informou que continuará adotando todas as medidas para demonstrar a conformidade dos produtos.

"A Ypê reitera, ainda, seu compromisso histórico e inegociável com a qualidade, a transparência, a segurança dos consumidores e a responsabilidade sanitária, valores que sempre orientaram sua atuação ao longo de décadas de relacionamento com a sociedade brasileira", ressalta o comunicado.

ção ao longo de décadas de relacionamento com a sociedade brasileira", ressalta o comunicado.

ENTENDA O CASO

No último dia 7, a Anvisa suspendeu a fabricação, a comercialização e a distribuição de lotes de produtos da marca Ypê com numeração final 1, por estarem contaminados com a bactéria *Pseudomonas aeruginosa*. Essa bactéria é resistente a antibióticos e pode causar uma série de problemas em pessoas imunocomprometidas e pacientes com problemas crônicos.

DETRAN-RJ

Maior Amarelo: estado promove ação educativa no Sambódromo

Como parte das ações do Maio Amarelo - movimento internacional de conscientização para a redução de acidentes e mortes no trânsito -, o Governo do Estado, por meio do Detran RJ e do Corpo de Bombeiros, realizou, na manhã de terça-feira passada, um evento educativo voltado para motociclistas, no Sambódromo.

Dados estatísticos do Corpo de Bombeiros apontam que, somente em 2025, foram registradas 17.620 quedas de motocicletas, 3.305 atropelamentos e 35.418 colisões envolvendo esse tipo de veículo. Neste ano, a campanha traz o tema "No trânsito, enxergar o outro é salvar vidas", reforçando a importância da empatia e do respeito entre todos os usuários das vias.

Os condutores de motocicleta abordados realizaram um circuito com atividades educativas. Ao final das diferentes dinâmicas, receberam acessórios como antenas corta-pipa, coletes refletivos, bonés e pochetas.

Além disso, para reforçar o respeito às normas de trânsito e evidenciar os perigos da imprudência, o Corpo de Bombeiros realizou uma simulação de resgate em um acidente envolvendo carro e moto. A atividade demonstrou, na prática, os protocolos de atendimento de emergência e resgate veicular utilizados para salvar vidas.

"Quando um condutor participa de uma dinâmica interativa, ele vivencia situações semelhantes às que ocorrem nas vias, promovendo uma conscientização mais efetiva e mais próxima



ALEXANDRE SIMONINI/DETRAN-RJ

da realidade do trânsito", disse a chefe de Apoio Pedagógico da Coordenadoria de Educação do Detran RJ, Manoela Morgado.

Para conscientizar motociclistas sobre os riscos associados à condução de veículos em condições inadequadas, agentes da Coordenadoria de Educação do Detran RJ disponibilizaram uma dinâmica com óculos simuladores - ferramenta que permite vivenciar, de forma segura e controlada, os efeitos da alteração da percepção provocados pelo consumo de álcool, pela fadiga e por outras condições que comprometem a capacidade de dirigir.

"Os bombeiros estão diariamente nas ruas atendendo viti-

mas de acidentes de trânsito e acompanhando de perto o impacto que a imprudência causa na vida das pessoas. Muitos desses acidentes poderiam ser evitados com atitudes simples, como respeitar a sinalização, reduzir a velocidade, não utilizar o celular ao volante e dirigir após o consumo de bebida alcoólica. Um trânsito mais seguro depende das escolhas de cada cidadão, seja motorista, motociclista, ciclista ou pedestre", destacou o porta-voz do Corpo de Bombeiros, tenente-coronel Fábio Contreiras.

O motofretista Guilherme de Abreu disse que a dinâmica fez refletir sobre o perigo de dirigir sob efeito do álcool.

- Os óculos que simulam a embriaguez me impactaram bastante. Mesmo sabendo que era uma atividade educativa, percebi como os reflexos e a noção de distância ficam comprometidos. Isso faz a gente refletir sobre a responsabilidade que temos no trânsito - afirmou o motorador de São Gonçalo.

OUTRAS INSTITUIÇÕES

O Rio Ônibus promoveu o teste do ponto cego, atividade em que os participantes se sentam no banco do motorista do ônibus para identificar os ângulos que não são captados pelos retrovisores, nos quais motociclistas, ciclistas e pedestres podem ficar invisíveis para o condutor.

NOVOS HORÁRIOS

Secretaria reforça operação das barcas para Paquetá

A Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade Urbana ampliará, a partir do próximo dia 22 de maio, a grade horária da linha de barcas Praça XV x Paquetá nos dias úteis, atendendo a uma antiga reivindicação dos moradores da ilha. A medida prevê a inclusão de duas novas viagens: saída da Praça XV às 11h30 (PXV/PQT) e retorno de Paquetá às 13h00 (PQT/PXV).

A ampliação ocorre após a avaliação da operação assistida implantada pelo Estado no trecho, iniciada em janeiro deste ano, com o objetivo de dar mais fluidez à operação e melhorar o atendimento aos moradores, trabalhadores e visitantes da região. Durante o período de testes, a Secretaria de Transporte e o Consórcio Barcas Rio monitoraram o desempenho da nova grade e realizaram, em março, uma pesquisa de satisfação com os usuários.

O levantamento apontou aprovação de 55% das mudanças implementadas e identificou a necessidade de reforço no intervalo do horário de almoço, que chegava a três horas e meia entre viagens. A inclusão dos novos horários atende diretamente às solicitações da Associação de Moradores de Paquetá e do hospital da ilha.

"A escuta dos usuários é fundamental para aperfeiçoarmos o sistema aquaviário.

A operação assistida permitiu avaliar tecnicamente a nova grade e identificar ajustes necessários para melhorar ainda mais o atendimento à população de Paquetá", explicou a secretária de Transporte e Mobilidade Urbana, Priscila Sakalem.

A operação da linha, realizada com o apoio do Consórcio Barcas Rio, sob gestão da secretária, já alcança índice de pontualidade de 96,3%, garantindo mais previsibilidade e qualidade no transporte aquaviário.

OUTRAS MELHORIAS

Além das mudanças operacionais, o Governo do Estado vem promovendo melhorias estruturais e de atendimento na linha Paquetá. Entre as ações já realizadas estão a ampliação do horário de acesso às estações, instalação de cobertura na ponte de embarque da ilha, criação de assentos preferenciais no terminal de Paquetá e implantação de painéis informativos com previsões das próximas partidas.

As equipes das estações e tripulações também passaram por treinamento voltado ao atendimento de moradores e turistas, acompanhando o crescimento do fluxo de visitantes na chamada "Pérola da Guanabara", destino conhecido pelo patrimônio histórico, tranquilidade e ausência de carros.

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

A Glória que não se afasta, mas que envia

Ao celebrarmos a Solenidade da Ascensão do Senhor, a Igreja não contempla uma despedida melancólica de Cristo, como se o Ressuscitado abandonasse a fragilidade da história humana para regressar a uma glória distante e inacessível. A Ascensão não é a ausência de Jesus; é, paradoxalmente, a inauguração da sua presença universal. O Senhor sobe aos céus não para afastar-se do mundo, mas para preencher todas as coisas com a sua soberania redentora. O Cristo que ascende é o mesmo Cristo que permanece. Aquele que é elevado à direita do Pai é também Aquele que promete: "Eis que estarei convosco todos os dias, até o fim do mundo" (Mt 28,20).

A primeira leitura, retirada dos Atos dos Apóstolos (At 1,1-11), oferece-nos uma chave decisiva para compreender este mistério. São Lucas descreve Jesus elevando-se diante dos discípulos, enquanto uma nuvem o encobre aos seus olhos. Não se trata aqui de uma narrativa cosmológica, como se o céu fosse um lugar físico acima das nuvens. A linguagem bíblica revela algo infinitamente mais profundo: Cristo entra definitivamente na glória do Pai. A nuvem, sinal clássico da presença divina desde o êxodo, manifesta que a humanidade de Jesus é agora plenamente acolhida no coração da Trindade. Pela Ascensão, a nossa própria natureza humana é introduzida na eternidade de Deus.

Entretanto, os anjos dirigem aos discípulos uma repreensão que continua extremamente atual para a Igreja de todos os tempos: "Homens da Galileia, por que ficais aqui parados olhando para o céu?" (At 1,11). Esta pergunta denuncia uma tentação religiosa permanente: a fuga da responsabilidade histórica em nome de uma espiritualidade alienante. Cristo não fundou uma comunidade de homens paralisados pela nostalgia do sagrado, mas uma Igreja missionária. A contemplação autêntica nunca produz imobilismo; produz envio. Quem verdadeiramente encontra o Ressuscitado recebe inevitavelmente uma missão.

É precisamente isso que o Evangelho de Mateus (Mt 28,16-20) proclama com vigor solene. O Cristo glorificado declara: "Toda autoridade me foi dada no céu e na terra". Não existe poder político, econômico, militar ou cultural que esteja acima do senhorio de Cristo. Esta afirmação é profundamente desconcertante para um mundo que absolutiza ideologias, mercados e projetos humanos como se fossem definitivos. A Ascensão proclama que a história não pertence aos impérios nem aos algoritmos; pertence ao Cordeiro que foi imolado e venceu pela cruz.

A partir desta autoridade universal, Jesus entrega à Igreja o mandato missionário: "Ide e fazei discípulos entre todas as nações". O verbo central do Evangelho não é "ide", mas "fazei discípulos". A missão da Igreja não consiste em conquistar espaços de poder, fabricar consensos sociológicos ou administrar estruturas religiosas cada vez mais pesadas e autorreferenciais. A missão consiste em formar homens e mulheres configurados a Cristo, mergulhados na vida trinitária pelo batismo e educados na radicalidade do Evangelho.

A segunda leitura, da Carta aos Efésios (Ef 1,17-23), conduz-nos ainda mais profundamente neste mistério. São Paulo afirma que o Pai "fez Cristo sentar-se à sua direita nos céus, acima de toda autoridade, poder, potência e soberania". A Ascensão é a entronização cósmica de Cristo como cabeça da Igreja e Senhor da história.

Mas o apóstolo acrescenta algo decisivo: Cristo glorificado permanece unido ao seu Corpo, que é a Igreja. Isto significa que a Ascensão não nos afasta do mundo; obriga-nos a assumir o mundo com responsabilidade ainda maior. A Igreja torna-se sacramento da presença do Cristo invisível. Cada batizado é chamado a prolongar na história os gestos do Senhor: reconciliar, servir, evangelizar, consolar, defender os pobres, sustentar os feridos e anunciar a verdade sem medo.

Num tempo marcado pela desesperança, pelo cinismo e pela fragmentação das relações humanas, a Ascensão devolve à humanidade uma verdade fundamental: o destino final do homem não é o vazio, nem a morte, nem o absurdo. O nosso destino é Deus. Cristo ascende levando consigo as marcas da paixão, porque a eternidade não apaga a história do amor oferecido. As chagas gloriosas do Ressuscitado permanecem como testemunho eterno de que o amor crucificado é mais forte do que toda violência e toda morte.

Também nós, como os discípulos no Monte da Galileia, somos enviados para um mundo cansado, agressivo e frequentemente indiferente ao Evangelho. Contudo, a Igreja não evangeliza apoiada na força dos números, na influência cultural ou no prestígio social. Evangeliza sustentada pela promessa irrevogável de Cristo: "Eu estarei convosco todos os dias". Esta é a única segurança verdadeira da missão cristã.

Que a Bem-Aventurada Virgem Maria, mulher da esperança e Mãe da Igreja missionária, nos ensine a viver entre o céu e a terra sem fugir de nenhum dos dois. E que São Sebastião, testemunha fiel até ao martírio, nos recorde que a glória da Ascensão não elimina a cruz do discipulado, mas transforma a cruz em caminho seguro para a eternidade.

OPERAÇÃO NO BRASIL

Lula assina decretos com regras para big techs

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) assinou ontem, decretos que alteram a regulamentação do Marco Civil da Internet (MCI) e possibilitam a responsabilização das plataformas digitais de acordo com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no ano passado. As normas serão publicadas no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira.

Em junho de 2025, a Corte declarou parcialmente inconstitucional o artigo 19 do MCI. Esse trecho só permitia a punição das plataformas por eventuais danos causados por postagens caso as empresas tenham descumprido uma ordem judicial. A partir do novo entendimento do Supremo, as big techs podem ser responsabilizadas se não removerem conteúdos criminosos logo após notificação do usuário.

Uma das principais novidades dos decretos assinados ontem é a definição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) como órgão competente para fiscalizar o cumprimento das novas regras. Segundo o Palácio do Planalto, a instituição não vai avaliar decisões isoladas das plataformas e, sim, sua atuação



sistêmica para evitar a circulação de conteúdos nocivos. A ANPD está proibida de solicitar a remoção de conteúdos ou perfis isolados.

Os decretos editados pelo governo estabelecem que as empresas terão a possibilidade de avaliar se o conteúdo é criminoso ou não antes de efetuar a remoção. O usuário que notificou o suposto ilícito e o dono do conteúdo terão garantia de in-

formação sobre as etapas do processo e poderão contestar a decisão.

Segundo o Palácio do Planalto, as novas regras reforçam que empresas que operam no Brasil devem seguir a legislação local e agir preventivamente para evitar a circulação de conteúdos criminosos.

Além disso, as empresas que comercializam anúncios serão obrigadas a guardar dados que

permitam responsabilizar os autores de conteúdos criminosos e reparar as vítimas.

Ainda de acordo com a decisão do STF, os decretos estabelecem um regime diferenciado para conteúdos criminosos impulsionados. Nesses casos, as plataformas poderão ser responsabilizadas quando houver falhas recorrentes na adoção de medidas para prevenir fraudes, golpes e crimes.

STF pauta recursos contra decisão que ampliou responsabilidade de big techs

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) pautou o julgamento de nove recursos contra decisão que ampliou a responsabilidade de plataformas digitais por conteúdos ilícitos publicados pelos usuários. O julgamento será realizado no plenário virtual entre os dias 29 de maio e 9 de junho.

Entre as autoras dos recursos estão o Google e o Face-

book. As duas empresas pedem que o Supremo esclareça a partir de quando a decisão começa a valer, já que o acórdão se limita a dizer que os efeitos se aplicam ao futuro. "Isso deixa em aberto questões fundamentais sobre sua aplicabilidade a situações pretéritas já discutidas em processos em curso", alega o Facebook.

A liberação para julgamento dos recursos ocorre no mesmo

dia em que o governo editou decreto para alterar a regulamentação do Marco Civil da Internet (MCI), contemplando a decisão do Supremo. A sentença, porém, ainda não é definitiva porque não transitou em julgado.

No julgamento concluído em junho de 2025, o Tribunal decidiu que o artigo 19 do MCI que isenta plataformas de responder por danos causados pelas postagens, é parcialmente inconstitu-

cional. A decisão estabelece que o artigo 19 só permanece válido nos casos de crimes contra a honra (injúria, calúnia e difamação).

Em todos os outros crimes, aplica-se o artigo 21, que prevê a retirada do conteúdo logo após a notificação do usuário. Esse artigo, que prevê exceções ao artigo 19, já é válido em casos de violação a direitos autorais e imagens de nudez não autorizada.

JUSTIÇA ELEITORAL

Nunes Marques: 'mentira otimizada' com IA será desafio para o TSE

MARIA MAGNABOSCO/AE

No primeiro evento público como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ontem, o ministro Kassio Nunes Marques destacou que administrar a Corte em um ano de eleições gerais, diante dos avanços da inteligência artificial, "é um desafio que não será pequeno". Segundo ele, para os magistrados, "trata-se de um ambiente ainda quase completamente desconhecido".

"A democracia exige confiança e diante dos desafios da inteligência artificial, também conhecida por IA, cabe a todos nós assegurarmos que a tecnologia seja instrumento de cidadania e não de manipulação. De transparência e não opacidade. De inclusão democrática e não de distorção da vontade popular", disse o ministro na abertura do seminário "Seta Debate - Inteligência Artificial nas Eleições 2026", em Brasília.

Para Nunes Marques, a transformação digital atinge diretamente o ambiente de formação da vontade popular, já que os processos se tornaram mais dinâmicos e é possível espalhar "mentiras tecnicamente otimizadas" com o uso da IA.

"O eleitor deixa de ser al-

cançado apenas como cidadão e passa a ser também interpretado como um conjunto de dados, preferências presunidas, vulnerabilidades emocionais e probabilidades de reação. Esse é um desafio institucional de enorme relevância", afirmou.

O magistrado também demonstrou estar preocupado com os avanços de vídeos deepfakes, ou seja, conteúdos feitos com IA que imitam de forma realista a voz, o rosto ou os movimentos de uma pessoa, facilitando a disseminação de informações falsas.

"A pergunta é: sob quais regras, sob quais controles, em benefício de quem, com que grau de transparência essa influência (da IA) será exercida", questionou o ministro. "Se a resposta for técnica, proporcional e comprometida com a dignidade do eleitor, a inteligência artificial poderá fortalecer a democracia. Se a resposta for omissa ou capturada por interesses privados, ela poderá comprometer a confiança no sistema".

Nunes Marques ressaltou ainda a importância da aproximação entre Justiça Eleitoral, especialistas, academia e sociedade civil para o enfrentamento dos desafios tecnológicos nas

eleições.

Compreender melhor esse cenário tecnológico, porque o diálogo entre Justiça Eleitoral, academia, especialistas e sociedade civil será fundamental para o aprimoramento contínuo do processo eleitoral brasileiro", afirmou.

O ministro destacou o trabalho técnico desenvolvido pelo Tribunal para enfrentar eventuais ameaças no ambiente digital. "Nossa equipe técnica tem se dedicado intensamente. Acredito que estamos no caminho seguro para garantir eleições harmônicas, com civilidade no ambiente democrático e também mais responsabilidade nas redes sociais e no ambiente virtual", disse.

Para as eleições de 2026, o TSE preparou uma série de regras sobre o uso da IA no pleito com o objetivo de evitar a produção de conteúdos enganosos durante a campanha. O texto foi relatado por Nunes Marques e aprovado por unanimidade pela Corte.

Uma das regras foi a proibição de circulação de deepfakes de candidatos de 72h antes até 24h depois das eleições. Segundo o relator, Nunes Marques, o objetivo é "excluir surpresas indesejadas no período

mais crítico do processo eleitoral". Em 2024, o TSE já havia vedado a publicação desse tipo de conteúdo no contexto eleitoral, mas não havia estabelecido um limite temporal para a proibição.

A resolução também prevê que as plataformas digitais terão responsabilidade solidária (devem pagar multas ou sofrer outras sanções) caso não removam, de forma imediata, conteúdos e contas durante o período eleitoral que veiculem materiais produzidos por IA que não estejam devidamente rotulados ou que violem as proibições.

É proibido também que provedores de IA forneçam, mesmo que solicitados pelos usuários, recomendações de candidaturas "de forma a impedir a interferência algorítmica no processo decisório de definição do voto".

Além disso, toda propaganda que utilizar imagem, voz ou conteúdo manipulado por inteligência artificial, em material impresso ou digital, deverá trazer aviso "explícito, destacado e acessível" de que se trata de conteúdo produzido ou alterado por IA, além de informar qual tecnologia foi utilizada.

GOVERNO LULA

Medidas reforçam proteção das mulheres na internet

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, decreto que visa reforçar a proteção das mulheres no ambiente digital. O texto disciplina os deveres das plataformas digitais diante de crimes de violência contra mulheres na internet e institui mecanismos para prevenção e combate à essas violências online.

Lula sancionou, ainda, quatro leis voltadas à ampliação da proteção das mulheres e ao fortalecimento dos mecanismos de responsabilização de agressores. As novas regras:

- Criam o Cadastro Nacional de Agressores
- Ampliam hipóteses de afastamento imediato do agressor do convívio com a vítima
- Endurecem ações contra criminosos que continuam ameaçando mulheres mesmo após a prisão
- Reduzem burocracias para acelerar a efetivação de medidas protetivas e decisões judiciais.

Os atos ocorreram em cerimônia no Palácio do Planalto para marcar os 100 dias do Pacto Nacional Brasil Contra o Femicídio, lançado em fevereiro pelo governo federal, o Congresso Nacional e o Poder Judiciário.

Lula defendeu a inclusão do tema do machismo e combate à violência contra a mulher no currículo escolar e ações que promovam uma mudança cultural nas relações de gênero. No Brasil, cerca de 70% das agressões contra mulheres ocorrem dentro de casa.

"O homem não se deu conta de que o ciúme é uma doença das mais violentas que nós temos (...). Tem gente que tem ciúmes de não deixar a mulher tomar um chopp com os amigos depois do trabalho, que não deixa a mulher no campo de futebol, não deixa ir sozinha a um show, que não deixa a mulher no teatro, por ciúmes. Isso tem que ter tratamento", disse o presidente. "Como é que a gente vai vencer essa coisa se não for pela educação?", acrescentou.

PACTO

O Pacto Nacional Brasil Con-



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

tra o Femicídio prevê atuação coordenada e permanente entre os Três Poderes com o objetivo de prevenir a violência contra meninas e mulheres no Brasil. Ele ainda reconhece que a violência contra mulheres no país figura como uma crise estrutural que não pode ser enfrentada por ações isoladas.

"O que nós estamos provando aqui é que o silêncio e a omissão não ajudam. O que nós estamos percebendo aqui é que quando o Estado mostra que ele está cumprindo com as suas obrigações, as pessoas passam a confiar", disse o presidente Lula.

O presidente ressaltou que o problema não é só da mulher que é vítima ou da menina que é vítima, mas o problema é da comunidade. "Todo mundo tem que se sentir violentado quando uma menina de 12 anos é violentada".

VIOLÊNCIA NA INTERNET

O decreto de proteção das mulheres no ambiente digital cria mecanismos de acompanhamento do dever das plataformas de prevenir e agir com celeridade para conter situações de violência contra mulheres em nos serviços oferecidos.

A partir de agora, as empresas deverão atuar para coibir a disseminação de crimes, frau-

des e violências em seus ecossistemas e reduzir eventuais danos causados às vítimas, especialmente em situações de exposição de imagem de nudez não consentida, ainda que criada por inteligência artificial (IA), de nudez de meninas e mulheres, ameaça, perseguição e assédio coordenado.

O decreto também determina que plataformas mantenham canal específico, permanente e de fácil acesso para denúncia de conteúdos íntimos divulgados sem consentimento, com previsão de retirada do material em até duas horas após a notificação.

As empresas também deverão preservar provas e informações necessárias para investigação e responsabilização dos autores.

Os canais de denúncia também deverão informar, de maneira clara e acessível, sobre o serviço Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher.

A vedação ao uso de inteligência artificial para produção de imagens íntimas falsas ou sexualizadas de mulheres também passa a integrar o escopo das medidas preventivas exigidas das plataformas. O objetivo é enfrentar o crescimento de deepfakes sexuais, que também foram tornadas crime pelo Con-

gresso Nacional.

BALANÇO DE AÇÕES

Durante o evento, foi apresentado um balanço das ações implementadas nos primeiros 100 dias do pacto, de proteção às mulheres e enfrentamento ao feminicídio. O Executivo concentrou as ações na ampliação da rede de atendimento, fortalecimento dos mecanismos de proteção e responsabilização de agressores e mobilização social em todo o território nacional.

A Operação Mulher Segura de responsabilização de agressores alcançou os 27 estados e 2.615 municípios, resultando em 6.328 prisões de agressores, 30.388 medidas protetivas acompanhadas e 38.801 vítimas atendidas.

No Judiciário, um dos destaques foi a redução histórica no tempo de análise das medidas protetivas de urgência. Atualmente, 53% das decisões são proferidas no mesmo dia do pedido da vítima, e 90% são apreciadas em até no máximo dois dias.

No legislativo, diversas medidas foram aprovadas, como a obrigatoriedade do uso de torçãozeira pelos agressores e inclusão de violência vicária entre as formas de violência doméstica.

FORAGIDA

Moraes cobra ação do governo do Brasil para extradição de Zambelli

FELIPE PONTES/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), cobrou que o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) tomem providências para efetivar a extradição da ex-deputada Carla Zambelli da Itália para o Brasil.

Moraes respondeu a um ofício enviado na semana passada ao seu gabinete e no qual a Coordenação-Geral de Exatidão e Transferência de Pessoas Condenadas pedia que o Supremo enviasse ao MJSP garantias sobre as condições em que Zambelli deve ficar presa.

Tais garantias haviam sido pedidas pela Justiça italiana em meio ao processo de extradição de Zambelli, que fugiu para a Itália em junho do ano passado, após ter sido condenada pelo Supremo a 10 anos e 8 meses de prisão por ter sido mentora de uma invasão ao sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em despacho publicado ontem, Moraes afirmou que tais garantias, traduzidas para o idioma italiano, já foram enviadas ao MJSP em novembro do ano passado, que por sua vez encaminhou as informa-

ções para que o Itamaraty as apresentasse à Justiça da Itália.

"Tendo em vista o exposto, DETERMINO a expedição de ofício ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (Coordenação-Geral de Exatidão e Transferência de Pessoas Condenadas) e ao Ministério das Relações Exteriores, para que adotem as providências necessárias à efetivação da extradição", escreveu o ministro.

Caso venha mesmo para o Brasil, Zambelli deverá ser levada para cumprir pena na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, conhecida como Colmeia.

EXTRADIÇÃO

Após ir para a Itália, país do qual tem cidadania, Zambelli voltou a ser condenada pelo Supremo em outro processo, na qual foi sentenciada a 5 anos e 3 meses de prisão por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal.

Essa segunda condenação está relacionada ao episódio em que Zambelli sacou uma arma à luz do dia numa rua de São Paulo, enquanto perseguia um homem que a havia criticado. O episódio ocorreu em outubro de 2022, pouco antes do segundo turno da eleição.

STJ abre investigação por uso de IA para fraudar processos

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou ontem a abertura de uma investigação para apurar o uso de prompts de inteligência artificial para burlar o sistema eletrônico de petições do tribunal.

Por ordem do presidente do STJ, Herman Benjamin, um inquérito policial e um procedimento administrativo interno foram instaurados para apurar tentativas de fraudes, que teriam sido cometidas por advogados e escritórios de advocacia.

A medida foi tomada após técnicos do tribunal identificarem a entrada de petições com prompt injection, mecanismo usado para enganar modelos de IA e favorecer partes durante o andamento eletrônico de um processo.

Os comandos ocultos são inseridos em petições para tentar forçar o sistema de IA a ignorar filtros de seleção que impedem, por exemplo, a admissão de um documento que

não contém os requisitos básicos de admissibilidade.

Segundo o STJ, o sistema do tribunal já tem travas contra o uso de prompts e impede que as ordens sejam executadas pela plataforma que recebe as petições.

Com a nova condenação, o Supremo reforçou o pedido de extradição feito à Itália por intermédio do governo brasileiro.

A Corte de Apelação de Roma já decidiu favoravelmente à extradição da ex-deputada duas vezes, uma para cada condenação. A defesa dela, contudo, apresentou recursos à Corte de Cassação, em Roma, ainda pendentes de julgamento. A alegação principal é que ela sofre de perseguição política.

Ainda que a Justiça italiana aprove a extradição, a palavra final cabe ao ministro da Justiça do país europeu, que tem a prerrogativa de cancelar ou não a decisão judicial. Atualmente, Zambelli está encarcerada no presídio de Rebibbia, em Roma.

USO DE EMENDAS

Dino pede que Câmara explique viagem de Mário Frias ao exterior

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de 48 horas para a Câmara dos Deputados dar explicações sobre a viagem do deputado Mário Frias (PL-SP) ao Bahrein e aos Estados Unidos.

Em entrevista concedida ontem ao SBT News, Frias disse que, na semana passada, esteve no Bahrein para "propor investimentos no Brasil", e agora está nos Estados Unidos, onde fará a "prospecção de um investimento em segurança pública".

O deputado disse que vai voltar ao Brasil nos próximos dias. "Eu tenho passagem de volta para o Brasil. Tenho uma filha de 14 anos no Brasil, a minha esposa es-

ta no Brasil. Não devo nada e estou pronto para prestar contas", completou.

NOTIFICAÇÃO

A decisão do ministro Flávio Dino foi assinada, ontem, após oficial de Justiça da Corte não conseguir notificar o deputado para prestar esclarecimentos sobre o envio de emendas parlamentares para uma organização não-governamental (ONG) ligada à produtora responsável pelas gravações da cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Até o momento, o servidor já tentou cinco contatos com Frias e seu gabinete.

No último dia 13 o oficial fez uma ligação telefônica para o gabinete do deputado na Câmara, e

a secretária do parlamentar disse que ele "estava em uma missão internacional" e não tem previsão de retorno.

Na segunda-feira passada, o servidor foi até o endereço do deputado em Brasília, mas o porteiro do edifício informou que Frias não mora no local há dois anos.

Apontado como produtor-executivo do filme, Frias é alvo de uma apuração preliminar no STF sobre o suposto desvio de finalidade de R\$ 2 milhões ao Instituto Conhecer Brasil, uma entidade ligada à produtora audiovisual Go Up Entertainment, responsável pelas gravações do filme Dark Horse, que ainda não foi lançado e retrata a trajetória política do ex-presidente.

O caso chegou ao STF por

meio de uma representação feita pela deputada Tabata Amaral (PSB-SP).

Frias sustenta que não há irregularidades nas emendas e cita um parecer da Advocacia da Câmara, que atesta a ausência de inconsistências ou vícios formais.

O filme que retrata a vida política de Bolsonaro veio à tona após o site The Intercept revelar que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) pediu dinheiro ao banqueiro Daniel Vorcaro para financiar as gravações.

Após a divulgação da conversa entre Flávio e Vorcaro, ocorrida em novembro do ano passado, o senador negou ter combinado qualquer vantagem indevida com o banqueiro e disse que os recursos eram privados.

Nota

CGU LANÇA REDE PARA FORTALECER COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

A Controladoria-Geral da União (CGU) lançou ontem a Rede Nacional de Integridade Pública, uma iniciativa que pretende fortalecer a cooperação entre instituições do setor público brasileiro. Sob coordenação da Secretaria de Integridade Pública (SIP) da CGU, a rede foi instituída pela Portaria Normativa CGU 262, de maio de 2026, e vai reunir órgãos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da União, dos estados e dos

municípios, além de Ministérios Públicos, Tribunais de Contas e Defensorias Públicas, que não fazem parte dos Três Poderes. Como membros associados, unidades setoriais de integridade de autarquias e fundações federais, órgãos responsáveis pela gestão da integridade no âmbito municipal e conselhos de fiscalização profissional também poderão integrar o grupo. O objetivo da Rede, diz a CGU, é promover a transparência e a prevenção de irregularidades no setor público. Além disso, a iniciativa pretende impulsionar o desenvolvimento de soluções conjuntas no setor público.

A Polícia Federal, com apoio da Controladoria-Geral da União (CGU), deflagrou, ontem, a Operação Limos. O alvo é um grupo de pessoas suspeitas de fraudes em licitações, desvio de recursos públicos, corrupção e lavagem de dinheiro, e com atuação no município piauiense de São Raimundo Nonato.

Os policiais federais executam desde o início da manhã dez mandados de busca e apreensão em Teresina, São Raimundo Nonato e Picos. As ordens judiciais foram expedidas pelo Tribunal Regional Fe-

deral da 1ª Região.

As investigações apontam para o envolvimento de agentes públicos, empresários e agentes políticos em fraudes de "procedimentos licitatórios destinados ao fornecimento de merenda escolar no município de São Raimundo Nonato", informa a PF. De acordo com as apurações, há indícios ainda que os valores desviados teriam sido movimentados por terceiros, "com o objetivo de ocultar a origem e o destino dos recursos, além de viabilizar o pagamento de vantagens indevidas".

RACHA PARTIDÁRIO

Parlamento avança rumo à antecipação de eleições em Israel

O primeiro-ministro de Israel, o genocida Benjamin Netanyahu, permaneceu no poder durante a maior parte dos últimos 17 anos, em parte devido a uma aliança estreita com partidos religiosos ultraortodoxos. Mas essa aliança está desmoronando sua coalizão governante e provando outra grande responsabilidade para o líder israelense de longa data, à medida que o país se dirige para eleições ainda este ano. O ataque de 7 de outubro de 2023 - e as guerras inconclusivas que se seguiram - também estão pesando sobre ele.

Após dois anos e meio de combates ativos em vários países, muitos deles envolvendo reservistas, muitos israelenses estão cansados de um sistema de longa data que permitiu que homens ultraortodoxos escapassem do serviço militar. Essa raiva se espalhou para a própria base de Netanyahu.

Enquanto isso, os ultraortodoxos estão furiosos com seu fracasso em legalizar suas isenções. Eles retiraram seu apoio à coalizão há duas semanas, levando a uma vota-

ção inicial para dissolver o parlamento, conhecido como Knesset, ontem.

Isso iniciou um processo que pode antecipar as eleições de outubro para setembro.

O cenário político de Israel é altamente fragmentado, e nenhum partido jamais ganhou a maioria no Knesset de 120 membros. Em vez disso, os partidos devem construir alianças para formar uma maioria, o que muitas vezes envolve negociações que dão aos partidos menores uma influência desproporcional.

Os ultraortodoxos atualmente têm 18 assentos no Knesset, um número semelhante aos anos anteriores, mas que há muito tempo são indispensáveis para Netanyahu.

Dois grandes partidos ultraortodoxos desertaram de Netanyahu no início deste mês, depois que ele lhes disse que não esperava conseguir aprovar o projeto de isenção, sem qualquer previsão para retornar à coalizão governista. Isso deixou Netanyahu sem maioria parlamentar e é uma das principais razões para o projeto de dissolver o Knesset.

MALDIVAS

Mergulhadores recuperam últimos corpos de italianos

Equipes de resgate recuperaram ontem, os dois últimos corpos dos quatro mergulhadores italianos que morreram durante uma expedição em uma caverna subaquática nas Maldivas. O grupo havia desaparecido na última quinta-feira, enquanto explorava uma caverna no Atol de Vaavu.

Os corpos levados ao necrotério foram identificados como os de Muriel Oddenino e Giorgia Sommacal. Na terça-feira passada, as equipes já tinham recuperado os corpos de Monica Montefalcone e Federico Gualtieri. O corpo do instrutor de mergulho Gianluca Benedetti foi encontrado próximo à entrada da caverna no mesmo dia em que o grupo desapareceu. Monica e Giorgia eram mãe e filha.

Segundo o porta-voz presidencial Mohameed Hussain Shareef, o resgate foi realizado por três mergulhadores finlandeses especializados, com apoio da guarda costeira e da polícia local.

Os quatro corpos haviam sido localizados na segunda-feira passada, em uma das áreas mais profundas da caverna, a cerca de 60 metros de profundidade, o dobro do limite permitido para mergulho recreativo no país.

As buscas chegaram a ser suspensas temporariamente

após a morte de um mergulhador militar das Maldivas durante uma tentativa de resgate. A causa da morte dele ainda é investigada, mas colegas levantam a hipótese de narcose por nitrogênio ou complicações relacionadas à decompressão em grandes profundidades.

Segundo o governo das Maldivas, os corpos estavam praticamente juntos na parte mais interna da caverna. As autoridades também afirmaram que, embora a expedição tivesse autorização oficial, pelo menos dois dos mergulhadores mortos não constavam na lista inicial apresentada às autoridades.

Shareef descreveu as condições dentro da caverna como "desafiadoras", com correntes fortes, baixa visibilidade e terreno difícil. Um alerta de mau tempo também havia sido emitido na região nos dias anteriores ao acidente.

A operação contou com mergulhadores enviados pela Divers' Alert Network Europe, organização especializada em segurança de mergulho. A equipe utilizou equipamentos conhecidos como "rebreathers" de circuito fechado, tecnologia que recicla o ar expirado e permite mergulhos mais longos em ambientes de alto risco.

Nota**DRONES COLOCAM LITUÂNIA EM ALERTA E EXÉRCITO PEDE QUE POPULAÇÃO PROCURE ABRIGO**

Os moradores de Vilnius, capital da Lituânia, foram orientados pelo Exército a procurar abrigo e o presidente e a primeira-ministra do país foram levados para locais seguros ontem, em razão de um alerta sobre atividade de drones perto da fronteira com Belarus, evidenciando a tensão na fronteira leste da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) em relação às incursões ligadas ao conflito da Rússia com a Ucrânia. Um comunicado de emergência das Forças Armadas orientou os moradores da região de Vilnius a "se dirigirem imediatamente a um abrigo ou local seguro". O alerta, que durou cerca de uma hora, também levou ao fechamento do espaço aéreo sobre o Aeroporto de Vilnius. O presidente Gitanas Nausėda e a primeira-ministra Inga Rutniene foram levados para abrigos, e também houve uma ordem de evacuação no Parlamento da Lituânia, o Seimas, informou a agência de notícias BNS. Foi o primeiro alerta importante que fez com que moradores e líderes políticos de uma capital da União Europeia e da Otan corressesem para abrigos desde a invasão em larga escala da Ucrânia pela Rússia, em fevereiro de 2022.

ESCUDO ANTIMÍSSEIS

China e Rússia criticam 'Domo de Ouro' de Trump

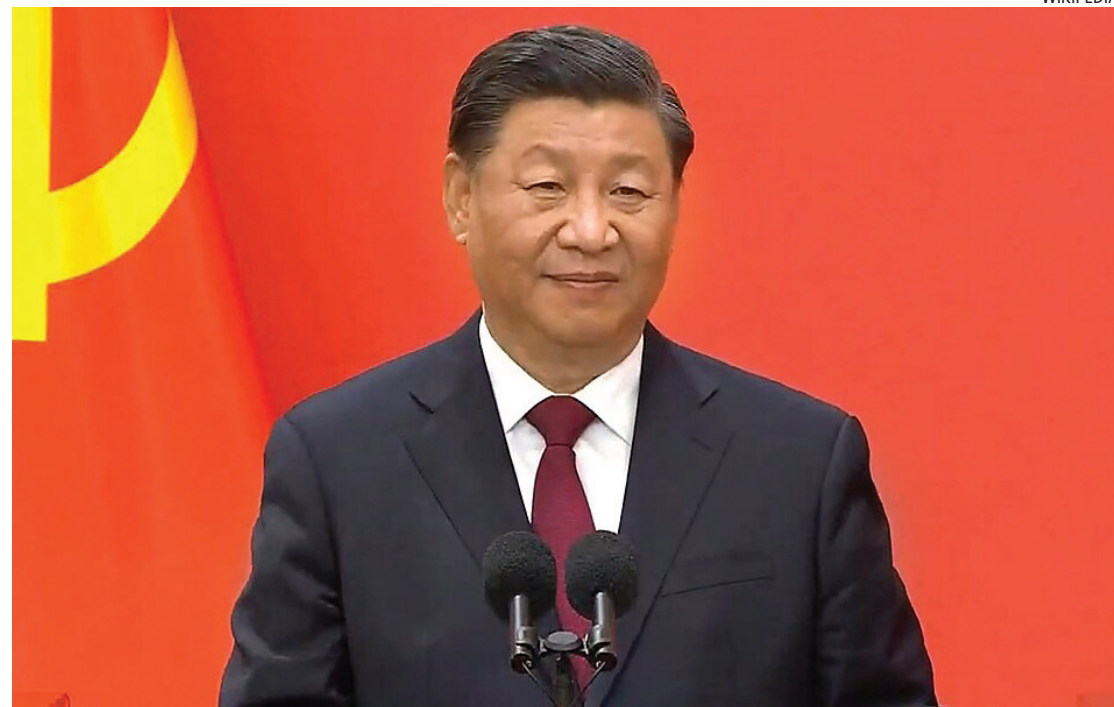
Os presidentes da China, Xi Jinping (foto), e da Rússia, Vladimir Putin, criticaram ontem, em um comunicado conjunto, o plano do presidente dos Estados Unidos Donald Trump, de criar o sistema de defesa antimísseis chamado Domo de Ouro.

"Esses planos contradizem completamente o princípio-chave de manutenção da estabilidade estratégica, que exige a interconexão entre armas estratégicas ofensivas e defensivas", afirmaram os dois países em trecho do documento, divulgado pela agência de notícias Reuters.

A declaração foi assinada após Xi receber Putin no Grande Salão do Povo, em Pequim, ontem. Segundo a agência, o comunicado, com 9.935 palavras, abordou diversos temas, incluindo segurança nuclear, Taiwan e até pandas-gigantes.

A Reuters informou que China e Rússia também lamentaram a "política irresponsável" dos Estados Unidos, que permitiu que o Novo Tratado de Redução de Armas Estratégicas (NewStart, na sigla em inglês), expirasse sem substituição no início deste ano.

Os dois países também afirmaram que "potências nucleares" planejam posicionar mísseis terrestres de alcance intermediário e curto em outros ter-



WIKIPÉDIA

ritórios, o que representaria uma ameaça a outras nações.

No início de seu segundo mandato, Trump assinou uma ordem executiva para a criação do "Domo de Ouro para a América", que deve ser um sistema de defesa antimísseis multicamadas capaz de neutralizar uma série de ameaças aos EUA, incluindo o desenvolvimento e a implantação de interceptores espaciais.

Se bem-sucedido, a iniciativa

marcará a primeira vez que os EUA posicionariam armas no espaço destinadas a destruir mísseis terrestres em segundos após o lançamento.

O projeto deve custar US\$ 1,2 trilhão ao longo de 20 anos, de acordo com uma análise do Escritório de Orçamento do Congresso (CBO, na sigla em inglês), valor muito acima dos US\$ 175 bilhões inicialmente estimados por Trump no ano passado.

As estimativas do CBO se ba-

seiam, em parte, na falta de detalhes do Departamento de Defesa sobre quais e quantos sistemas serão implantados, o que "torna impossível estimar o custo a longo prazo" do sistema, segundo o relatório.

Quando anunciou o programa, em janeiro do ano passado, o presidente afirmou que esperava que o sistema estivesse "totalmente operacional" antes do "término do seu mandato", em janeiro de 2029.

CRISE DIPLOMÁTICA

Bolívia pede que embaixadora da Colômbia retorne, após fala de Petro

O governo boliviano solicitou ontem, à embaixadora da Colômbia que "conclua suas funções" no país após as declarações do presidente colombiano Gustavo Petro sobre os protestos que pedem a renúncia do presidente boliviano Rodrigo Paz.

A embaixadora Elizabeth García foi instada a deixar a nação andina para "preservar os princípios de soberania, não interferência em assuntos internos", informou em um comunicado de imprensa o Ministério das Relações Exteriores da Bolívia e acrescentou que a "decisão

não constitui uma ruptura das relações diplomáticas" com a Colômbia.

Horas depois, o Ministério das Relações Exteriores boliviano qualificou de "improcedente qualquer intervenção na política interna".

Mais tarde, o chanceler boliviano Fernando Aramayo disse, em coletiva de imprensa, que Petro quer ser mediador no conflito "com informações falsas (sobre) que pessoas estariam sendo assassinadas nas ruas".

"Esperávamos que ele (Petro) se retratasse no momento

em que suas declarações foram rejeitadas, mas não, ele insistiu", acrescentou o chanceler. "O que corresponde é que sua embaixadora seja declarada persona non grata, porque tem que respeitar a soberania do país que a acolhe".

Paz assumiu há seis meses o poder na Bolívia após quase 20 anos de governos do Movimento ao Socialismo (MAS) de Evo Morales (2006-2019) e Luis Arce (2020-2025) e deu uma guinada nas relações diplomáticas de seus antecessores ao se aproximar dos Estados Unidos, cujo embaixador

havia sido expulso em 2008.

Além disso, após 18 anos, a Administração de Controle de Drogas dos Estados Unidos (DEA, na sigla em inglês) troca informações com a Bolívia.

Há três semanas, o presidente boliviano enfrenta fortes protestos e bloqueios de diferentes setores sociais, incluindo seguidores de Morales, que exigem sua renúncia.

Em decorrência dos protestos, os mercados de La Paz estão desabastecidos e os hospitais têm poucas horas de oxigênio medicinal para os doentes.

EUA

Donald Trump anunciará medidas sobre embargo petrolífero a Cuba

PEDRO LIMA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou ontem, que fará "em breve" um anúncio sobre o embargo de petróleo a Cuba, sem detalhar quais medidas pretende adotar. Em declarações à imprensa, o republicano também comentou

as negociações com o Irã e indicou que aguardará por "alguns dias" uma resposta de Teerã à proposta apresentada por Washington.

Questionado sobre a possibilidade de aliviar sanções contra o setor petrolífero iraniano, Trump afirmou que não pretende tomar medidas antes de um

entendimento formal. "Não farei nada até que um acordo seja feito", disse. O presidente também voltou a demonstrar confiança em uma resolução próxima das tensões com o Irã. "Tudo isso vai acabar em breve, de um jeito ou de outro", afirmou.

Mais cedo, Trump afirmou que os EUA estão nos "estágios

finais" de negociação com o Irã, mas voltou a ameaçar Teerã caso um acordo não seja firmado. O presidente disse que haverá mais ataques se o país persa não "agir de forma inteligente" e reiterou que o Irã não pode obter armas nucleares. O republicano também pontuou não ter pressa para resolver o conflito.

Trump cita 'estágios finais' de negociação com Irã, diz imprensa dos Estados Unidos

LAÍS ADRIANA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse que está nos "estágios finais" de negociação com o Irã, em comentários a repórteres feitos a caminho de evento na Associação da Guarda Costeira.

Segundo o grupo de im-

preza da Casa Branca, Trump também reiterou ameaças a Teerã, caso um acordo não seja alcançado. "Veremos o que acontece. Ou conseguimos um acordo, ou faremos coisas um pouco desagradáveis, espero que não chegue a isso", disse.

Mais cedo, o presidente norte-americano já havia dado de-

clarações para repórteres na Casa Branca, comentando sobre as primárias do Partido Republicano, as relações com o presidente da China, Xi Jinping, e brevemente sobre a situação no Oriente Médio. Na ocasião, elogiou o primeiro-ministro de Israel, o genocida Benjamin Netanyahu, mas disse que o premiê fará "qualquer

coisa" que Trump "queira que ele faça".

Sobre o Irã, Trump havia dito nesta manhã que não está com pressa para fechar um acordo e chegou a citar antigas guerras dos Estados Unidos que tiveram duração de anos. "Estivemos no Vietnã por 19 anos, no Afeganistão e em outros lugares por 10 anos", disse.